



Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública

3ª Edição

Início Previsto: 17 de setembro de 2021

Objetivos

A Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública tem como principais objetivos:

- Capacitar dirigentes, técnicos superiores e outros trabalhadores da administração central e local para responderem aos novos desafios que se colocam, como sejam o de compatibilizar a gestão sustentável dos recursos humanos e a mitigação e adaptação aos novos conceitos de modernização e reforma administrativa;
- Proporcionar um conhecimento abrangente e compreensivo dos fatores socioeconómicos de transformação da reforma e modernização da administração pública, no contexto das dinâmicas territoriais globais das regiões em que se inserem, propiciando aos profissionais um perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao exercício de uma cidadania ativa;
- Concretizar uma formação profissionalizante, proporcionando aos formandos a aquisição de metodologias ligadas à formulação, planeamento, gestão, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de administração pública;
- Capacitar os formandos para a elaboração de projetos de investigação aplicada e de relatórios técnicos de natureza extensiva ou monográficos.

Destinatários

- Dirigentes, técnicos superiores da administração pública e outras pessoas candidatas a cargos públicos especialmente interessadas nestas áreas do conhecimento e da intervenção.
- Detentores de habilitações mínimas ao nível de Bacharelato ou Licenciatura ou equivalente legal;
- Ativos empregados ou desempregados com ou sem formação na área da gestão, administração pública ou afins ou com experiência profissional mínima de dois anos.

Duração e Horários

Duração | 6 Meses

Horário Quinzenal | 6ªFeira | 17h00-23h00 e Sábado | 10h00-13h00 e 14h00-17h00

Investimento

Candidatura | 130 €
Propinas Mensais (6 frações de pagamento mensal) | 350 €

Possibilidade de se inscrever em unidades de formação Isoladas

Contacte-nos para conhecer outras formas de pagamento, e os nossos descontos adicionais para antigos alunos, docentes, formadores e protocolos. Para informação completa, consulte www.isal.pt.



Plano de Estudos

Unidades de Formação	Corpo Docente Previsto	Carga Horária
Estrutura Administrativa	Jorge Bacelar de Gouveia, Doutor	12 h
Governo Local	Sara Madruga da Costa, Dra.	12h
Gestão de Recursos Humanos	Lobato Neves, Mestre	12 h
Código dos Contratos Públicos	Nuno Santos Silva, Doutorando	12 h
Análise das Políticas Públicas e os Processos de Tomada de Decisão	Ricardo Rodrigues, Dr.	12 h
Relação Jurídica de Emprego Público	Alexandra Spranger, Mestre	12 h
Finanças Públicas	Joaquim Miranda Sarmiento, Doutor	24 h
Contabilidade Pública	Rute Lima, Dra.	36 h
Seminário: Carta Ética da Administração Pública	Rui Milho, Mestre	6 h
Seminário: Regulamento Geral de Proteção de Dados	Rui Milho, Mestre	6 h

Esta Pós-Graduação tem um total de 24 ECTS

Coordenação Científica



Jorge Bacelar Gouveia, Doutor

Doutor em Direito, na especialidade de Direito Público, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, com a classificação máxima de Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade.

Mestre em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Licenciado em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Professor Catedrático da UNL e Professor Catedrático da UAL, desde 2009. Presidente do Instituto de Direito Público e do Instituto do Direito de Língua Portuguesa. Delegado de Portugal ao Subcomité Jurídico do Comité das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior. Advogado, Jurisconsulto e Árbitro (Árbitro judicial nacional e internacional, Árbitro da jurisdição administrativa e fiscal, Árbitro do Conselho Económico e Social e Árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa).

Corpo Docente Previsto

Resumo Curricular

ALEXANDRA SPRANGER, MESTRE

Mestre em Ciências Jurídicas, Licenciada em Advocacia, Professora Auxiliar convidada na Universidade da Madeira. Atualmente exerce as funções de advogada e é docente da UMa



Corpo Docente Previsto

Resumo Curricular

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO, DOUTOR

Doutor em Finanças pela Tilburg University, Mestre em Finanças pelo ISCTE e Licenciado em Gestão pelo ISEG. Realizou uma pós-graduação em Fiscalidade no IDEFE/ISEG, o Programa Avançado em Parcerias Público-Privadas na Universidade Católica e o "Driving government performance", na Kennedy School of Government, Harvard University. Foi assessor económico do Presidente da República Prof. Cavaco Silva, entre 2012 e 2016. Trabalhou cerca de dez anos no Ministério das Finanças e foi consultor da UTAO da Assembleia da República. Atualmente é Professor Auxiliar de Finanças no ISEG, tendo sido Assistente entre 2007 e 2014 e docente convidado na Católica Lisbon School. É investigador no Observatório das PPP da Católica.

LOBATO NEVES, MESTRE

Mestre em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, pelo ISCTE e Licenciado em Psicologia (Área de Psicologia Social e das Organizações), pelo ISPA.

Vasta formação complementar, designadamente em Comunicação Social, Empreendedorismo (Universidade Nova de Lisboa), Gestão de Recursos Humanos, Comportamento Organizacional e Competências Empresariais.

Experiência profissional diversificada, tendo sido quadro superior da TAP Portugal durante mais de 30 anos, no departamento de Recursos Humanos. Docente durante vários anos do IPAM e do ISCTE. Colabora em programas para executivos em várias universidades e em Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa. Fundador da primeira Revista Científica Especialista em Gestão de Recursos Humanos em Portugal, a RH Magazine, na qual foi Diretor Geral. Autor de 3 livros e vários artigos em revistas especializadas.

NUNO SANTOS SILVA, DOUTORANDO

Licenciado em Direito (Universidade Lusíada de Lisboa), Pós-Graduado em Direito da Comunicação e em Direito Penal Económico e Europeu (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), e com Diploma de Estudos Avançados em Comunicação Institucional e Empresarial (conclusão da fase curricular de doutoramento na Universidade Complutense de Madrid).

Desde 2001, Técnico Superior no Instituto da Segurança Social IP, onde é, desde 2008, dirigente, tendo na atualidade várias áreas, como os assuntos jurídicos e contencioso, recursos humanos, planeamento e gestão da informação, administração geral e gestão do cliente, tendo formação específica sobre gestão pública (FORGEP e CAGEP).

Foi diretor-adjunto da revista "Economia & Segurança Social", formador em diversas ações no INA, e é professor no Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa, onde leciona a disciplina de Ética e Deontologia, além de dois seminários (um dedicado ao Setor Empresarial Local e outro ao processo de Descentralização).

É autarca de freguesia desde 2009.

RICARDO JOSÉ GOUVEIA RODRIGUES, DR.

Licenciado em Gestão de Empresas pelo ISCTE, com Especialização em Finanças. É a quadro da Administração Pública com longa carreira e experiência no âmbito das Finanças Públicas, através do exercício de funções no âmbito dos Planos de Investimentos e correspondente Financiamento público e da União Europeia. Exerceu o cargo de Diretor Regional do Orçamento e Contabilidade Pública, num período superior a 10 anos com relevância para a coordenação da preparação das propostas de Orçamento da RAM, controlo da execução orçamental da administração direta e indireta.

Colaboração e acompanhamento da definição das políticas orçamentais, financeiras e económicas, no quadro da estabilização e articulação das finanças regionais com as finanças nacionais e europeias. Desempenho de funções no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, superintendência na contabilidade pública regional e da gestão orçamental da administração regional direta e indireta, coordenação da elaboração da Conta da RAM de acordo com as determinações legais para efeitos dos órgãos de fiscalização; participação na elaboração das propostas de diplomas legais no domínio orçamental e de finanças públicas, participação no acolhimento a auditorias de organismos nacionais e instituições europeias e correspondes contraditórios.

Coordenação da aplicação à administração regional de normativos do domínio orçamental e financeiro, e de regras da assunção de encargos. Elaboração de diversos pareceres no âmbito das finanças públicas.

Participação na elaboração de diversos dossiers de relevância, nomeadamente de suporte à Notação de Rating regional. Exercício de cargos de direção superior, e Presidente do Conselho de administração de Órgão Público.





Corpo Docente Previsto

Resumo Curricular

RUI MILHO, MESTRE

Licenciado em Direito, pela Universidade Internacional, Pós Graduação em Direito Regional, pela Faculdade de Direito da UL, Mestrado em Teoria Política Europeia, pela Universidade Complutense de Madrid. Inscrito como Advogado na Ordem dos Advogados. Curso de Formação Profissional de Formação Pedagógica de Formadores. Técnico Superior da Administração Pública – Vice-Presidência do Governo Regional – D.R.E.T., 1993.

RUTE LIMA, DRA.

Professora Universitária - ISEC Lisboa de Economia e Finanças Públicas e Contabilidade; Técnica Superior Contabilidade e Gestão; Formadora Profissional (CAP); Presidente da Junta de Freguesia de Olivais; Deputada Municipal - Assembleia Municipal de Lisboa; Colunista-Público (Portugal); Licenciatura Administração e Gestão Pública; ISCAD LISBOA Licenciatura (I) Contabilidade e Gestão da Administração Pública; ISCAL - Politécnico de Lisboa; MBA - Contabilidade, Finanças e Gestão Pública; ISCAD, Lisboa (Portugal).

SARA MADRUGA DA COSTA, DRA.

Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa. Pós- Graduação em Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente, pela Faculdade de Direito de Coimbra.

Advogada, Deputada na Assembleia da República, Vice- Presidente da Direção do Grupo Parlamentar do PSD, Vogal da Comissão Política Regional do PSD – Madeira, Vogal da Assembleia de Freguesia de Santo António. Foi Deputada na Assembleia Leg. da Madeira, Vice Presid. da Direção do Grupo Parlamentar do PSD-Madeira, Presid. da 6.º Comissão da Educação, Desporto e Cultura, Secr. 1.ª Comissão de Política Geral e Juventude, Relatora da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político, Presid. da Com. Política de Freg. de Sto. António, Secr. do Cons. de Jurisdição do PSD-Madeira, Secr. da Mesa do Congresso da JSD-Nacional, Vogal da Com. Política Regional da JSD- Madeira e Vogal do Cons. de Jurisdição da JSD- Madeira.



Coordenação Pedagógica



Sancha de Campanella, Doutoranda

scampanella@isal.pt

Doutoranda em Ciências Económicas e Empresariais - Universidade dos Açores. Detentora do título de especialista em Direito. Master em Direção Comercial e Marketing. Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Vice-Diretora do ISAL, diretora da Licenciatura em Gestão de Empresas, docente, advogada e membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados.

Processo de Candidatura

O candidato deverá preencher a Ficha de Candidatura, junto dos nossos Serviços de Secretariado (ou no website www.isal.pt) e deverá anexar a seguinte documentação:

- Curriculum Vitae atualizado
- Certificado de Habilitações
- Cartão de Cidadão

Condições Gerais

Avaliação do Curso

A avaliação no curso será facultativa. Contudo, os participantes que pretenderem obter o Diploma de Pós-graduação terão de se submeter à avaliação e obter aproveitamento em todas as unidades curriculares.

Condições de Certificação

1. No final da pós-graduação serão atribuídos:
 - Um certificado de frequência, aos participantes que frequentarem a pós-graduação e não tiverem realizado, com aproveitamento, toda a avaliação prevista;
 - Um diploma de pós-graduação, aos participantes que frequentarem a pós-graduação e tiverem realizado, com aproveitamento, toda a avaliação prevista.
2. Aos estudantes que concluírem apenas algumas unidades curriculares da pós-graduação será atribuído um certificado de frequência, em que sejam mencionados as unidades curriculares que tenham realizado com aproveitamento.
3. Em qualquer dos casos, a atribuição de certificados de frequência e de diplomas de pós-graduação depende da frequência de, pelo menos, 80% da carga horária de contacto.
4. Serão atribuídos créditos ECTS apenas aos estudantes que obtenham aprovação na pós-graduação ou a unidades curriculares integrantes do seu plano curricular.